

Sugerido modelo mineral integrado

por Sérgio Danilo

O grupo de mineração do II Colóquio Multi-setorial Gazeta Mercantil/Fundação Getúlio Vargas/Iniciativa Privada recomendou a institucionalização, pelo governo federal, de um novo modelo mineral em que haja a participação de todos os segmentos da sociedade. Segundo o eng. José Mendo Mízael de Souza, do Instituto Brasileiro de Mineração, relator do grupo, houve um consenso entre empresários e economistas quanto à necessidade da política mineral ser integrada no conjunto da política econômica, com ênfase na política industrial; à qual, por sua vez, deve considerar a potencialidade e a disponibilidade dos recursos minerais do País.



José Mendo Mízael de Souza

quanto à necessidade da política mineral ser integrada no conjunto da política econômica, com ênfase na política industrial; à qual, por sua vez, deve considerar a potencialidade e a disponibilidade dos recursos minerais do País.

Já o professor Kurt Weil, da Fundação Getúlio Vargas (SP), destacou o fato de as autoridades do setor mineral estarem prefendo um crescimento de 10% no valor da produção mineral este ano, perspectiva também vislumbrada pelos empresários do setor de não-ferrosos e metais nobres, dado o crescimento da produção de ouro, que passará de 24,8 toneladas em 1982 para cerca de 60 toneladas este ano. Daí a recomendação de, no bojo da política mineral, ser implantada urgentemente uma política setorial para o ouro.

Segundo informações empresariais, há hoje, no Brasil, 8 milhões de toneladas de reservas já requeridas por empresas privadas e grupos estatais (Cia. de Pesquisa e Recursos Minerais e Cia. Vale do Rio Doce), estimando-se um potencial de 31 mil toneladas de ouro. Seis mil toneladas deste ouro seria suficiente para pagar o total da dívida externa brasileira. Somente um comprador da Caixa Econômica Federal — o famoso Zé Arara — comprará este ano na região amazônica cerca de 12 toneladas de ouro, avaliadas em mais de Cr\$ 150 bilhões.

Os grandes problemas enfrentados para aumentar a produção de ouro são o de cadastrá-lo oficialmente, depois de resolver conflitos legais entre garimpeiros e empresários pela posse das áreas, e as perdas na produção estimadas entre 50 e 60% na lavra aluvionar, fato que vai exigir uma reciclagem futura na garimpagem, introduzindo nova tecnologia e o uso de equipamentos de melhor concentração gravimétrica do ouro. Sobre a exportação de bens minerais, o consenso do setor mineral foi no sentido de que esta exportação não deva ser condicionada à solução dos problemas conjunturais de balanço de pagamentos, e sim à existência de recursos excedentes, dentro de uma estratégia de política internacional voltada para a busca de mercados amplos e diversificados. A exportação deve buscar ainda a comercialização de matérias-primas com o máximo de valor agregado.

MAIS RECURSOS

Durante os debates, Antônio Jesus Soares e José Caxias David, da Associação Brasileira de Metais Não-Ferrosos (Abranfe) recomendaram que "do elenco da futura política mineral deve constar que o governo federal direcione, prioritariamente, recursos financeiros do orça-

mento da União em quantidades adequadas ao desenvolvimento dos programas de pesquisa mineral". José Mendo Mízael, do Ibram, ressaltou que a União deve recomendar aos governos estaduais e municipais a aplicação conjunta, com o governo federal, de todo o Imposto Único sobre Minerais (IUM) que, em 1982, correspondeu a Cr\$ 37 bilhões arrecadados em todo o País. Outra recomendação proposta pelos empresários foi de que a política mineral deve buscar reduzir a dependência externa, ampliando o uso da tecnologia nacional existente e utilizando a reciclagem dos metais como fórmula de economia de divisas.

O SETOR MINERAL

O Instituto Brasileiro de Mineração, segundo Mízael de Souza, considera que é de cerca de 4 mil empresas o universo empresarial do setor. A maioria compreende pequenas e médias empresas. Sua produção, desde as pequenas e médias à gigantesca Petrobrás, foi, em 1982, de US\$ 6,8 bilhões. Recentemente levantamento do Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq) revelou que 29% da produção mineral brasileira tem controle estatal, 30% da produção mineral é representada pelo capital privado nacional, 40% controlada pelo capital estrangeiro e 1%, por empresas cooperativas. Os garimpeiros, mais de 300 mil, continuam excluídos das estatísticas desta produção, apesar de sua grande importância na produção de ouro e gemas. Segundo o CNPq, a produção mineral brasileira, em 1982, correspondeu a 2,4% do PIB, mas, quando observada a sua participação, após a transformação mineral, ela atinge 22%. Já no conjunto de bens minerais in natura e manufaturados, o setor participou com 25,4% do total das exportações brasileiras, e somente o total do setor foi de US\$ 5,116 bilhões em 1982.